



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

SEGURANÇA PÚBLICA

Boletim Informativo

Índice

05	Entrevista: SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA – O PAPEL DA GUARDA MUNICIPAL NO DESENVOLVIMENTO DA LIBERDADE.
10	'Operação Nobreza' é deflagrada contra grupo empresarial apontado por sonegar R\$ 78 mi em impostos
11	Audiência Pública discute visitas aos finais de semana nas unidades prisionais de Salvador MP lança projetos para aprimorar a segurança nos municípios baianos
12	Corregedoria Nacional do CNMP encerra correição do MP baiano Policiais militares investigados por homicídio em Brumado são alvos da 'Operação Falso Perfil'
13	'Operação Fio Condutor' desarticula esquema responsável por sonegar mais de R\$ 129 milhões em impostos Policiais militares investigados por homicídio são presos durante 'Operação Sem Retorno'
14	MP propõe em audiência pública elaboração de Plano Estadual para redução de mortes decorrentes de intervenção policial
15	Reunião discute desafios do controle externo da atividade policial na Bahia
16	Implantação da política antimanicomial no sistema carcerário baiano foi tema de debate no MP
17	CSP participa de videoconferência para conhecer a experiência do MP/MG na “Clínica de Justiça Criminal” 'Reunião entre PGJ e governador discute fortalecimento da Segurança Pública na Bahia
18	Cira alcança R\$ 470 milhões recuperados desde 2015 e impulsiona combate à sonegação na Bahia 'Operação Tomba' cumpre mandados de busca em residências de PMs em Feira de Santana

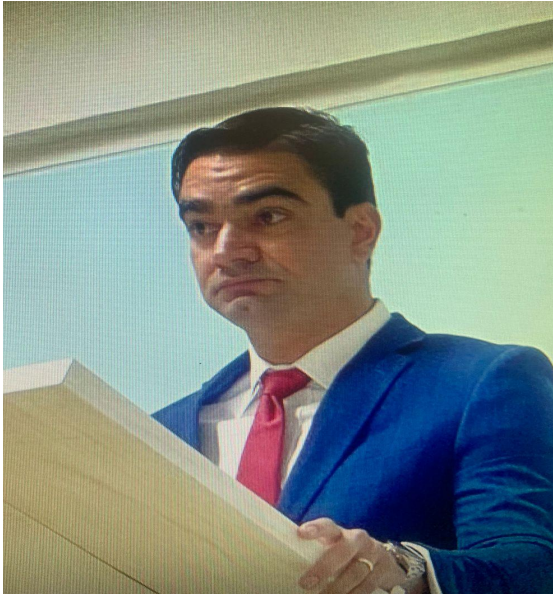
Índice

19	Ministra Rosa Weber lança novo mutirão carcerário em 5 UFs a partir de segunda (24/7) Delegado perde cargo após ser condenado por crime de receptação
20	MP investigará mortes ocorridas durante ações policiais em Salvador, Camaçari e Itatim MP realiza visita técnica no Conjunto Penal de Lauro de Freitas
21	MPBA, Defensoria Pública e OAB recomendam melhorias nas condições da custódia de presos em Senhor do Bonfim Programa Segurança Pública em Foco discute a Política Antimanicomial do Poder Judiciário
23	Workshop da SSP-BA: Werner acredita que novidade trará melhora para além da segurança pública 326 presos pelo Reconhecimento Facial e queda de mortes violentas são destaques no primeiro semestre de 2023
24	SSP integra comitiva do “Grupo de Trabalho Polícia Cidadã – Redução da Letalidade Policial” do CNJ Segurança Pública recebe visita de integrantes do Grupo de Atuação Especial de Execuções Penais do MP

ENTREVISTA



Entrevista



Dr. Carlos Augusto Machado de Brito
Promotor de Justiça do MPBA

Entrevista realizada com o promotor do MPBA, Carlos Augusto Machado de Brito sobre o seu tema de artigo intitulado: **SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA – O PAPEL DA GUARDA MUNICIPAL NO DESENVOLVIMENTO DA LIBERDADE.**

Seja bem-vindo(a)! Acompanhe a entrevista!

01. Quais os motivos que o levaram a pesquisar sobre o tema “O papel da Guarda Municipal no Desenvolvimento da Liberdade”?

Inicialmente o Prf. De uma das cadeiras do mestrado nos incumbiu de escrevermos para um livro sobre integração municipal de políticas públicas, então resolvemos trabalhar esse tema da segurança pública e como a guarda municipal poderia colaborar com essa importante missão estatal e interagir com os ramos tradicionais da segurança pública, o que me fez remeter a uma experiência que tivemos na cidade de Jeremoabo, onde atuei como Promotor de Justiça Titular por cinco anos na área criminal.

Em Jeremoabo a guarda municipal já estava instalada a um tempo considerável exercendo a sua função constitucional de guarnecer o patrimônio do município, porém vinham, os seus agentes, querendo exercer a função policial. Nesse momento realizamos uma reunião com os guardas e a administração municipal para esclarecer qual o papel constitucional que a guarda municipal deveria exercer, não sendo tarefa dele o exercício de polícia.

Naquele episódio era esse o nosso entendimento. Porém com a evolução das guarda e, infelizmente, do crime e a diminuição das Polícias civil e militar, o cenário ganha outros contornos e é o que passamos a analisar no referido trabalho.

02. De acordo com o estudo, de que maneira as guardas municipais podem atuar em conjunto com as polícias civil e militar para garantir maior segurança e desenvolvimento aos municípios?

As guardas municipais podem trabalhar de forma cooperada e complementar, em especial à polícia militar, desenvolvendo a atividade de polícia ostensiva. Pode ajudar na feitura de rondas, blitz, transportes de preso, guarnição de prédios públicos. Podemos observar uma crescente no número de guardas municipais aqui na Bahia. Quase todos os municípios de médio, e alguns de pequeno, porte já possuem uma guarda estruturada, inclusive portando armas de fogo. Municípios que possuem escassa estrutura de polícia militar e civil acabam como, digamos, superar essa escassez com a estruturação de suas guardas municipais, o que, ajudando no trabalho da polícia militar, acaba por trazer uma sensação de segurança à comunidade.

03. É possível indicar quais são os benefícios da criação e fortalecimento das guardas municipais e conselhos de segurança municipais para a segurança e desenvolvimento dos municípios?

Sim, é possível. Afinal quanto maior segurança maior a liberdade do cidadão, são só de ir e vir, mas também de se desenvolver, social e economicamente. Uma cidade bem protegida, segura, possui maior capacidade de produção, desenvolvimento e geração de riqueza. Os cidadãos são mais felizes e assim podem exercer suas liberdades públicas. Investir em segurança é um bom negócio, e as cidade perceberam isso.

Atraem investimentos e o turismo. Os criminosos, ante a eficácia e a efetividade do serviço público de segurança sendo exercido se ressentem e passam a migrar para outras localidades que não dispõe de um serviço tão apurado, ou, ao menos, desistem de delinquir pois terão a certeza da punição.

Logo, podemos vislumbrar que a criação e o fortalecimento das guardas municipais, junto com os conselhos de segurança municipal descrevendo as diretrizes a serem tomadas e direcionando a atuação da guarda para o que aflige aquela comunidade, é assaz imprescindível para a efetivação e eficácia de uma política pública de qualidade para que traga desenvolvimento a uma região como um todo.

04. Qual é o papel constitucional do município na promoção da segurança pública e como a municipalização da política pública de segurança afetou o papel das guardas municipais?

Segundo o texto constitucional são responsáveis pela segurança pública o Estado e a União. Ficando o município afastado dessa incumbência, cabendo apenas a criação das guardas municipais para guarnecer o patrimônio municipal. Em outras palavras seriam os guardas municipais vigilantes do patrimônio do município, não tendo funções de prevenção de crimes ou assegurar a segurança do município.

Porém, com o crescimento das legislações locais e concreta implementações das guardas municipais, o Poder Legislativo Federal restou por bem, ante a lacuna legislativa, disciplinar a matéria de forma geral, estabelecendo os princípios, competências, forma de criação, exigências para a investidura no cargo, controle, direitos e proibições, nascendo assim a Lei nacional de n. 13.022 de 08 de agosto de 2014.

Com o permissivo constitucional e legal, os governos locais aceleraram as criações de suas guardas, onde prefeitos passaram a colocar a segurança pública como prioridades em suas administrações, atendendo aos reclamos de seus munícipes, e, como consequência, passaram a aumentar seus gastos com a segurança pública.

Assim, observamos que a lei 13.022/2014 fortaleceu essa ideia de municipalização da segurança pública dando maiores responsabilidades institucionais às guardas municipais e transformando-as em integrantes do sistema de segurança pública já em 2018 sendo inseridas na Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, integrando o Sistema Único de Segurança Pública, com a instituição da Lei 13.675 de 2018. Tal lei deu competência aos municípios para estabelecer suas respectivas políticas públicas de segurança, desde que respeitada a diretriz da política nacional. No atual cenário ainda podemos indicar a PEC nº 28 de 2022 que tramita no Senado federal que pretende inserir as guardas municipais no rol dos órgãos de segurança pública, no art.144 da Constituição Federal de 1988.

Considerações Finais

[Confira o artigo aqui!](#)

Podemos entender assim as transformações ocorridas neste cenário de segurança pública municipal. Não se pode mais fechar os olhos para a importância desta instituição no combate ao crime e na aplicação da política pública de segurança. Em cada município que está instalada a guarda municipal desempenha um importante papel fomentador da civilidade e na vigilância dando um maior conforto para que a população tenha sua liberdade ante o sentimento de segurança que se impõe.

Prevenir o crime, dar segurança ao cidadão de bem é essencial em uma comunidade. O sentimento de medo gera insegurança e atenta contra a liberdade, pois haverá sempre o receio como freio para a não expansão ou afloramento de uma capacidade.

E dentro deste cenário a guarda municipal, como instituição integrante operacional do Sistema único de segurança pública, é parte essencial na construção de um país mais seguro que tem seu ponto de partida nas centenas de municípios existentes em nosso extenso Brasi, podendo, assim, dar uma resposta aos anseios dos munícipes, proporcionando um sentimento de segurança e potencializando as liberdades públicas no âmbito da municipalidade, na busca do compromisso com a evolução social da comunidade. [...]

Notícias do MP

MP/BA, CNJ e CNMP



'Operação Nobreza' é deflagrada contra grupo empresarial apontado por sonegar R\$ 78 mi em impostos

A Força-Tarefa de combate à sonegação fiscal na Bahia deflagrou na manhã de hoje, dia 29, a 'Operação Nobreza', que investiga a prática de sonegação fiscal por um grupo empresarial do setor de comércio atacadista de produtos alimentícios, que teria sonegado ao Estado da Bahia mais de R\$ 78 milhões em impostos (ICMS). Segundo a apuração da Secretaria da Fazenda (Sefaz), o montante sonegado pode ser ainda maior e ultrapassar a casa dos R\$ 500 milhões. A Justiça determinou o bloqueio dos bens das pessoas físicas e jurídicas envolvidas, a fim de garantir a recuperação dos valores sonegados. Foram cumpridos um mandado de prisão temporária, na cidade de Simões Filho, e oito de busca e apreensão nas cidades baianas de Feira de Santana e Cruz das Almas, além de Maringá, Paranavaí e Curitiba, no Paraná. Documentos, celulares e computadores foram apreendidos. O grupo sonegava impostos desde 2019.

As investigações da Inspeção Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip), do Ministério Público e da Polícia Civil, na Bahia, identificaram que as empresas do grupo praticavam fraudes tributárias a partir de elevadas aquisições interestaduais de mercadorias provenientes de outros estados, mediante a falta de antecipação de imposto (ICMS) incidente sobre a entrada destes produtos, além da omissão de saída de mercadorias tributáveis efetuadas sem a emissão de documentos fiscais e a sua devida escrituração. As empresas não faziam o devido recolhimento fiscal do ICMS ou o faziam em níveis baixíssimos, em valores incompatíveis com suas movimentações econômicas. A constituição de empresas em nome de terceiros promovia a blindagem patrimonial dos verdadeiros proprietários do grupo.

A operação contou na Bahia com a participação de cinco promotores de Justiça, seis delegados de Polícia, 28 policiais da Dececap/Draco, seis servidores do Fisco Estadual e seis policiais da Companhia Independente de Polícia Fazendária (Cipfaz). No Paraná, a operação foi deflagrada com o apoio do Gaesf do Gaeco do Ministério Público do Estado do Paraná, com três promotores de Justiça, quatorze policiais e dois auditores da Secretaria da Fazenda daquele estado.



[Notícia adaptada. Fonte: MPBA](#)



Audiência Pública discute visitas aos finais de semana nas unidades prisionais de Salvador

O Ministério Público estadual, por meio da 4ª Promotoria de Justiça de Execução Penal, promoverá audiência pública, no próximo dia 27, para debater as visitas aos finais de semana nas unidades prisionais de Salvador. A audiência acontecerá no auditório da sede do MP, no CAB, e será iniciada às 9h. Segundo a promotora de Justiça Andrea Ariadna Santos, a necessidade de discutir o tema surgiu a partir da constatação da ausência de permissão de visitas, aos finais de semana, nas unidades prisionais da capital. Mais informações podem ser consultadas no edital.

Foram convidados para participar da audiência autoridades federais, estaduais e municipais diretamente envolvidas no tema; representantes dos poderes Legislativo e Judiciário; Defensoria Pública; representantes da sociedade civil; associações e atores do Sistema Prisional.

[Notícia adaptada. Fonte: MPBA](#)

MP lança projetos para aprimorar a segurança nos municípios baianos

Com o objetivo de aprimorar a segurança pública nos municípios baianos, o Ministério Público estadual lançou hoje, dia 1º, os projetos 'Município Seguro' e 'Guarda Municipal Legal' na sede do MP, no CAB, em Salvador. Os projetos são do Grupo de Atuação Especial Operacional de Segurança Pública (Geosp) e, conforme destacou a procuradora-geral de Justiça Norma Cavalcanti, refletem um compromisso do MP com a política de segurança pública e o sistema de Justiça na Bahia.



O implemento do projeto envolvendo as áreas de segurança pública e controle externo da atividade policial vem colocando o MP baiano na vanguarda dessa atribuição ministerial, de acordo com o coordenador do Centro de Apoio Operacional da Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), promotor de Justiça Luís Alberto Vasconcelos. “A Bahia com o Geosp segue um caminho de excelência, já servindo de modelo para outros MPs brasileiros. Hoje, além dos frutos nas áreas operacionais, vemos atuações como essa, que marcam a presença do MP como um agente catalisador, avançando no diálogo com a sociedade e enfrentando o desafio de fazer a tutela coletiva da segurança pública num viés inovador”, salientou. [...]

[Notícia adaptada. Fonte: MPBA](#)

Corregedoria Nacional do CNMP encerra correição do MP baiano

A corregedoria Nacional do Ministério Público encerrou hoje, dia 20, a 26ª Correição Ordinária do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) de Fomento à Resolutividade no MP baiano. “O MP baiano sentiu-se honrado de apresentar um produto de qualidade para análise e orientação da Corregedoria Nacional”, afirmou a procuradora-geral de Justiça, Norma Cavalcanti, que recebeu em seu gabinete o corregedor nacional do Ministério Público, conselheiro do CNMP Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto, que destacou o modelo de correição implantado na sua gestão com foco na atuação resolutiva do MP, salientando o trabalho do MP baiano nesse sentido.

Dentre os 30 projetos estratégicos correicionados, Oswaldo D’Albuquerque destacou quatro, como exemplos a serem replicados em outros MPs brasileiros: ...o 'Cisp Regional', que pretende fomentar a criação de comitês interinstitucionais de segurança pública de âmbito regional... “Esses quatro projetos representam o trabalho avançado que é feito pelo Ministério público baiano em prol da sociedade”, afirmou o corregedor.



[Notícia adaptada. Fonte: MPBA](#)

Policiais militares investigados por homicídio em Brumado são alvos da 'Operação Falso Perfil'

Seis policiais militares, incluindo um oficial superior, foram alvo da ‘Operação Falso Perfil’, deflagrada nesta quarta-feira, dia 25, pelo Ministério Público estadual, por meio dos Grupos de Atuação Especial Operacional de Segurança Pública (Geosp) e de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e 4ª Promotoria de Justiça de Brumado, conjuntamente com a Secretaria Estadual de Segurança Pública, por meio da Força Correcional Especial Integrada, e com a Corregedoria da Polícia Militar (Correg).

Foram apreendidas 28 armas de fogo, 328 munições de diversos calibres ou estojos, uma granada, oito aparelhos celulares e um notebook. Também foram cumpridos sete mandados de busca e apreensão nos municípios de Brumado, Vitória da Conquista e Santo Antônio de Jesus. Os mandados foram expedidos pela Vara Criminal da comarca de Brumado. Todo o material apreendido será submetido a conferência e análise pelos integrantes da Geosp, Gaeco e Force, posteriormente, encaminhado aos órgãos competentes para a adoção das medidas cabíveis.



[Notícia adaptada. Fonte: MPBA](#)

'Operação Fio Condutor' desarticula esquema responsável por sonegar mais de R\$ 129 milhões em impostos

A Força-Tarefa de combate à sonegação fiscal no estado da Bahia deflagrou na manhã de hoje, dia 19, a 'Operação Fio Condutor', que investiga a prática de sonegação fiscal por um grupo empresarial do setor de comercialização de fios e cabos condutores elétricos de cobre. O grupo teria sonegado pelo menos R\$ 129 milhões em impostos. Foram cumpridos três mandados de prisão e oito de busca e apreensão na Bahia, no município de Camaçari, e em São Paulo, na capital e cidades de Cotias, Guarulhos e Saltos.

As prisões foram realizadas nos municípios de Camaçari, Guarulhos e Salto. Foi pedido o bloqueio dos bens das pessoas físicas e jurídicas envolvidas para garantir a recuperação dos valores sonegados. A ação resulta de investigação iniciada pela Promotoria Regional Especializada no Combate à Sonegação Fiscal de Camaçari, em parceria com o Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal (Gaesf), do Ministério Público estadual. A operação visa interromper o esquema e coletar provas.



[Notícia adaptada. Fonte: MPBA](#)

Policiais militares investigados por homicídio são presos durante 'Operação Sem Retorno'

Três policiais militares foram presos durante a deflagração da 'Operação Sem Retorno', na manhã desta sexta-feira, dia 29, pelo Ministério Público Estadual, por meio dos Grupos de Atuação Especial Operacional de Segurança Pública (Geosp) e de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco); Secretaria da Segurança Pública (SSP), por meio da Força Correcional Especial Integrada (Force); e pela Corregedoria da Polícia Militar (Correg). Além dos mandados de prisão, foram cumpridos cinco de busca e apreensão nos municípios baianos de Camacã, Itabuna, Itajuípe e São José da Vitória. [...]



Os mandados foram expedidos pela Vara Criminal da Comarca de Camacã. Todo o material apreendido será submetido a conferência e análise pelos integrantes da Force, Geosp e Gaeco e, posteriormente, encaminhado aos órgãos competentes para a adoção das medidas cabíveis.

[Notícia adaptada. Fonte: MPBA](#)

MP propõe em audiência pública elaboração de Plano Estadual para redução de mortes decorrentes de intervenção policial

Durante a audiência pública realizada na tarde desta segunda-feira, dia 2, o Ministério Público estadual propôs a realização de um Plano Estadual para redução de mortes decorrentes de intervenção policial na Bahia, que conte com a ampla participação da sociedade e de entidades e organizações não-governamentais. A audiência foi realizada pelo MP, por meio do Grupo de Atuação Especial Operacional de Segurança Pública (Geosp), em parceria com a Defensoria Pública estadual e o Conselho Estadual de Proteção aos Direitos Humanos (CEPDH). Foram ouvidos 48 representantes da sociedade civil, além de entidades como a Anistia Internacional; Grupo Tortura Nunca Mais; Instituto Fogo Cruzado; Odara – Instituto da Mulher Negra; Juristas Negras; Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre drogas; e IDEAS - Assessoria Popular. “O Ministério Público é uma instituição que tem como função definida pela Constituição Federal a defesa do regime democrático, dos interesses sociais e liberdades civis. Precisamos estar em contato permanente com a sociedade e por isso propomos a discussão dessa temática tão relevante e da necessidade da elaboração de um plano de redução da letalidade policial no estado”, destacou o promotor de Justiça Luís Alberto Vasconcelos, coordenador do Centro de Apoio Operacional da Segurança Pública do MP (Ceosp). Ele dividiu a mesa de abertura com a vice-presidente do CEPDH, Robelle Damasceno, e com a defensora pública geral Firmiane Venâncio.

As escutas da sociedade civil realizadas durante a audiência vão subsidiar o MP na instrução do procedimento administrativo instaurado no dia 22 de setembro deste ano, que tem como objetivo fomentar a criação e implementação de um plano estadual de redução de mortes decorrentes de intervenção policial. O plano deve contemplar a realização de um diagnóstico, com mapeamento das regiões mais e menos afetadas, dos destacamentos policiais e guarnições com maiores índices de letalidade; formação dos agentes públicos envolvidos, mediante capacitações e qualificações contínuas, inclusive em direitos humanos; instituição de Procedimentos Operacionais Padrões (POPs) para orientar de forma objetiva a atividade policial; e controle rigoroso de armas e munições, com ênfase na rastreabilidade do material bélico e no fomento à aquisição e uso de instrumentos de menor potencial ofensivo, dentre outros.



[Notícia adaptada. Fonte: MPBA](#)



Reunião discute desafios do controle externo da atividade policial na Bahia

Desafios do controle externo das atividades policiais na Bahia foram discutidos em reunião nesta quinta-feira (21), na sede do Ministério Público da Bahia, em Salvador. No encontro, que teve a participação de representantes das Secretarias de Justiça e Direitos Humanos (SJDH), da Segurança Pública (SSP) e de promotores de Justiça, foram avaliadas medidas para o fortalecimento da segurança pública no estado e para o enfrentamento à violência e à letalidade policial.

As tratativas visam o acolhimento de sugestões que contribuam com a produção do grupo de trabalho criado pela SSP, através da Portaria 198, de 03 de setembro de 2023, para elaboração de proposta de um Plano Estadual de Redução de Letalidade Decorrente de Intervenção Policial. As propostas fomentam iniciativas conjuntas entre os órgãos para viabilizar ações preventivas, voltadas à redução da criminalidade e de mortes em intervenções policiais. As ações englobam diversas medidas, que envolvem a elaboração de políticas públicas que possam promover a segurança e garantir o desenvolvimento social da população.



Estiveram presentes na reunião os secretários de Justiça e Direitos Humanos, Felipe Freitas; de Segurança Pública, Marcelo Werner; o chefe de Gabinete do MP, promotor de Justiça Pedro Maia, representando a procuradora-geral de Justiça Norma Cavalcanti; o chefe de Gabinete da SSP, Nelson Gaspar; a superintendente de Direitos Humanos da SJDH, Trícia Calmon; o corregedor-geral da SSP, Sérgio Mendes; os coordenadores dos Centros de Apoio Operacional de Segurança Pública (Ceosp) e Criminal (Caocrim), respectivamente, promotores de Justiça Luís Alberto Vasconcelos e André Lavigne; a coordenadora do Grupo de Atuação Especial Operacional de Segurança Pública (Geosp), promotora de Justiça Aline Cotrim e os promotores de Justiça Tiago Ávila, Pablo Almeida e Fernanda Presgrave, integrantes do Grupo.

Implantação da política antimanicomial no sistema carcerário baiano foi tema de debate no MP

A necessidade de uma atuação transversal, intersetorial e interdisciplinar foi apontada como um dos desafios para se implantar na Bahia a política antimanicomial no sistema prisional, com base na Resolução 487 de 2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), durante o ciclo de debates 'Política Antimanicomial no Sistema Carcerário: Desafios e Perspectivas', realizado ontem, dia 5, no Ministério Público estadual, em Salvador. Organizado pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde (Cesau), em parceria com Centros de Apoio Operacional Criminal (Caorcim), da Criança e do Adolescente (Caoca) e de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), o evento foi aberto pela procuradora-geral de Justiça Norma Cavalcanti, que salientou os desafios de enfrentar o tema. "É um problema que envolve desafios, mas deve ser enfrentado. Devemos aperfeiçoar a atuação nessa área, inclusive aprofundando a resolução do CNJ, por meio de uma discussão mais ampla com o MP e com os atores do sistema de Justiça", afirmou a PGJ, relatando que o tema vem sendo discutido em instâncias como o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça (CNPJG).

A coordenadora do Cesau, promotora de Justiça Patrícia Medrado, destacou que eventos como esse enriquecem o diálogo sobre o tema e são importantes para agregar informações sobre diversos aspectos relacionados à efetiva implantação da política antimanicomial. "A temática da saúde mental carrega múltiplas perspectivas e é transversal a várias áreas do saber científico e jurídico, e precisa estar presente nos espaços de criação e discussão de políticas públicas, sobretudo diante do surgimento crescente dessas demandas", afirmou. Também participaram da mesa de abertura os coordenadores do Caorcim, Caoca, Ceosp e da Unidade de Monitoramento e Execução da Pena (Umep), respectivamente promotores de Justiça André Lavigne, Ana Emanuela Rossi, Luís Alberto Vasconcelos e Edmundo Reis. [...]

O evento foi marcado ainda pelo lançamento da campanha do 'Projeto Saúde Mental: Integração e Dignidade', do Cesau. Apresentado pela coordenadora do Centro, promotora de Justiça Patrícia Medrado, o projeto tem como principal objetivo o fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no estado da Bahia, por meio da instrumentalização e capacitação dos membros e servidores na temática da saúde mental, bem como com ações de fomento à implantação e implementação da Rede nos 417 municípios baianos. [...]



[Notícia adaptada. Fonte: MPBA](#)



CSP participa de videoconferência para conhecer a experiência do MP/MG na “Clínica de Justiça Criminal”



Nesta sexta-feira, 7 de julho, a Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) participou, por meio da plataforma Teams, de videoconferência para conhecer a experiência do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MP/MG) na “Clínica de Justiça Criminal”, plataforma para o estudo das bases do Direito Penal Americano e da Common Law, coordenado pela Secretaria de Assuntos Internacionais (SAI) em parceria com o Ministério Público norte-americano.

Em seguida, o procurador de Justiça e coordenador da Secretaria de Assuntos Internacionais do MP/MG, Eduardo Henrique Soares, descreveu o histórico exitoso da parceria com o Ministério Público norte-americano, destacando a preocupação americana que resulta na entrega de um Ministério Público mais eficiente e eficaz, com resultados para a sociedade, “em repensar a atuação do Ministério Público antes que alguém o faça”. Destacou, ainda, a parceria do MP/MG com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) na demanda específica de organização do fluxo de informações e tratamento de dados. [...]

Reunião entre PGJ e governador discute fortalecimento da Segurança Pública na Bahia

A procuradora-geral de Justiça Norma Cavalcanti e o governador Jerônimo Rodrigues se reuniram na manhã de hoje, dia 14, na Governadoria, para tratar de temas relacionados à Segurança Pública no estado. Na pauta, foram discutidas medidas e estratégias para intensificar a atuação integrada do MP e as Polícias para fortalecimento da segurança pública na Bahia.

No encontro, também estiveram presentes os secretários de Justiça e Direitos Humanos (SJDH) Felipe Freitas e de Segurança Pública Marcelo Werner; o chefe de Gabinete do MP, promotor de Justiça Pedro Maia; e coordenador de Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), promotor de Justiça Luís Alberto Pereira.



[Notícia adaptada. Fonte: MPBA](#)

[Notícia adaptada. Fonte: CNMP](#)



Cira alcança R\$ 470 milhões recuperados desde 2015 e impulsiona combate à sonegação na Bahia

Impulsionar o combate à sonegação fiscal e aos crimes contra a ordem tributária na Bahia é o objetivo do novo plano de trabalho do Cira - Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos, aprovado na segunda-feira (24/07/2023), em reunião realizada na Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba). O Cira, que já alcançou o total de R\$ 470 milhões em valores recuperados para o setor público desde 2015, dos quais R\$ 20 milhões só este ano, reúne instituições para integrar e agilizar ações que incluem investigações, inquéritos, oitivas integradas e operações especiais, entre outras. O plano de trabalho será apresentado em breve ao governador Jerônimo Rodrigues e aos chefes dos demais poderes no Estado.

O secretário-geral do Cira, promotor de Justiça Luís Alberto Vasconcelos, enfatizou que a parceria entre as instituições “favorece um ambiente de cooperação voltado para o combate à sonegação fiscal”. As ações neste sentido, explicou, partem da repressão à concorrência desleal para incrementar a percepção de risco subjetivo por parte dos sonegadores e, em consequência, contribuir para o aumento da arrecadação. [...]



[Notícia adaptada. Fonte: MPBA](#)

‘Operação Tomba’ cumpre mandados de busca em residências de PMs em Feira de Santana

O Ministério Público Estadual, por meio dos Grupos de Atuação Especial Operacional de Segurança Pública (Geosp) e de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), cumpriu na manhã da quinta-feira, dia 27/07/2023, quatro mandados de busca e apreensão em Feira de Santana, durante deflagração da ‘Operação Tomba’. Os alvos foram as residências dos quatro policiais militares investigados pela morte de Laerte Maia de Oliveira Silva, ocorrida em julho de 2022, durante intervenção policial na localidade do Bairro Tomba.

A operação teve ainda o apoio da Força Correcional Especial Integrada da Secretaria de Segurança Pública (Coger) e da Corregedoria da Polícia Militar da Bahia. Os mandados foram expedidos pela Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Feira de Santana. A ação visa coletar indícios que comprovem o envolvimento dos policiais em possíveis atos ilícitos, no exercício da atividade policial. Os policiais são investigados pela prática dos crimes de homicídio qualificado e fraude processual. Todo o material apreendido será submetido a conferência e análise pelos promotores de Justiça e, posteriormente, encaminhado aos órgãos competentes para adoção das medidas cabíveis.

[Notícia adaptada. Fonte: MPBA](#)

Ministra Rosa Weber lança novo mutirão carcerário em 5 UFs a partir de segunda (24/7)

A presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Rosa Weber, inicia nesta segunda-feira (24) agendas em cinco unidades da federação para lançar o novo modelo nacional de mutirão carcerário do CNJ, o Mutirão Processual Penal. A previsão é que sejam revisados mais de 100 mil processos entre julho e agosto de 2023 em todo o país. As agendas ocorrerão no Mato Grosso (24/7), Rio Grande do Norte (25/7), Bahia (26/7), Minas Gerais (27/7) e São Paulo (28/7) e incluem visitas a unidades prisionais, reuniões com lideranças locais e lançamento de serviços fomentados pelo CNJ por meio do programa Fazendo Justiça.

O novo mutirão terá duração de um mês, entre julho e agosto de 2023, e será realizado de forma simultânea em todas as unidades da federação. [...]

[Notícia adaptada. Fonte: CNJ](#)



Delegado perde cargo após ser condenado por crime de receptação

O delegado da Polícia Civil Renato Fernandes Ribeiro foi condenado ontem, dia 11, pela Justiça, por crimes de receptação e adulteração de chassi de veículo automotor. A Vara Criminal da comarca de Canavieiras condenou o delegado à pena de quatro anos de prisão e 20 dias-multa, que foi convertida em prestação de serviços à comunidade, e decretou a perda do cargo. A sentença decorre de denúncia apresentada pelo Ministério Público estadual.

Segundo as investigações, os crimes foram praticados no ano de 2016, quando o delegado adquiriu um veículo que era fruto de crime de roubo e sustentava placa policial clonada. Essas circunstâncias, aponta a sentença, eram conhecidas pelo réu, que se manteve utilizando o veículo até 2019, quando foi apreendido.

A condenação em primeira instância é fruto da atuação conjunta da Promotoria de Justiça de Canavieiras e do Grupo de Atuação Especial Operacional de Segurança Pública (Geosp), além do trabalho preliminar de investigação criminal desempenhado pela Corregedoria da Polícia Civil.

[Notícia adaptada. Fonte: MPBA](#)

MP investigará mortes ocorridas durante ações policiais em Salvador, Camaçari e Itatim

O Ministério Público estadual abriu investigações para apurar as circunstâncias das mortes registradas entre a última sexta-feira, dia 28, e ontem, 31, durante ações policiais ocorridas nos municípios de Salvador, Camaçari e Itatim.



Nesta terça-feira, dia 1º, a atuação do MP quanto aos fatos foi discutida durante reunião entre a procuradora-geral de Justiça Norma Cavalcanti, a PGJ Adjunta para Assuntos Jurídicos Wanda Valbiraci, e os promotores de Justiça André Lavigne e Luís Alberto Pereira, respectivamente, coordenadores dos Centros de Apoio Operacional Criminal (Caocrim) e de Segurança Pública (Ceosp). As investigações serão conduzidas pelo Grupo de Atuação Especial Operacional de Segurança Pública (Geosp), em conjunto com os promotores de Justiça criminais das respectivas comarcas. O MP também acompanhará o andamento dos inquéritos policiais instaurados na Polícia Civil para apuração dos fatos. O Geosp é uma unidade especializada, voltada ao controle externo da atividade policial, que atua nos casos mais complexos e de grande repercussão, dando também apoio à atuação dos promotores da capital e do interior.

MP realiza visita técnica no Conjunto Penal de Lauro de Freitas

O Ministério Público estadual, por meio do Grupo de Atuação Especial de Execução Penal (Gaep), realizou visita técnica no Conjunto Penal de Lauro de Freitas hoje, dia 20. A equipe liderada pelo coordenador do Grupo, promotor de Justiça Edmundo Reis, e pelas promotoras de Justiça integrantes do Gaep, Ana Isabela Ribeiro Souza e Marcia Munique Andrade de Oliveira, verificou as condições de funcionamento da unidade prisional e aplicou formulários para colher informações que alimentarão o Painel Analítico do Sistema Prisional.



Segundo o coordenador do Gaep, o principal objetivo da inspeção é atualizar o diagnóstico das condições do sistema prisional, abrangendo aspectos críticos como instalações físicas, segurança e assistência aos internos, tanto sentenciados quanto provisórios, em todos os regimes de aplicação da pena. Durante a atividade de hoje, foram entrevistados todos os servidores e terceirizados envolvidos na execução penal, desde diretores até coordenadores de diversas áreas, como segurança, saúde e atividades laborativas. A equipe do Gaep também promoveu uma escuta ativa dos presos para entender as condições de atendimento aos direitos básicos.

MPBA, Defensoria Pública e OAB recomendam melhorias nas condições da custódia de presos em Senhor do Bonfim

O Ministério Público estadual, em atuação conjunta com a Defensoria Pública e a Ordem dos Advogados do Brasil (Subseções de Senhor do Bonfim e de Campo Formoso), recomendou à Secretaria Estadual de Segurança Pública (SSP) que apresente cronograma das ações necessárias para que os custodiados no Município de Senhor do Bonfim sejam mantidos em outro local que atenda à legislação. Segundo os promotores de Justiça Felipe Pazzola e Leonardo Rodrigues, após o fechamento da cadeia pública de Senhor do Bonfim por decisão judicial, a custódia provisória de presos passou a ser realizada no bairro Bonfim III, em local que não observa os padrões mínimos de qualidade e segurança para os presos e agentes públicos e que não foi autorizado oficialmente.

A recomendação foi expedida também para o 6º Batalhão de Polícia Militar, para que apresenta diariamente a lista de custodiados mantidos em Bonfim III, a fim de que o MP, Defensoria Pública e OAB possam atuar perante os respectivos juízos para que não haja impasses no encaminhamento ou liberação dos presos.

[Notícia adaptada. Fonte: MPBA](#)

Programa Segurança Pública em Foco discute a Política Antimanicomial do Poder Judiciário

“A Resolução nº 487/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mexe em todo o sistema prisional e de segurança pública brasileiro. A norma tinha de ser discutida antes de sua implementação, mas ainda é tempo. A gente tem de trazer esse tema porque, mais cedo ou mais tarde, ele chegará à sociedade, ao Ministério Público, às Defensorias Públicas, à sociedade em geral. Por isso, é extremamente importante ouvirmos especialistas.” A afirmação é do presidente da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), conselheiro Jaime de Cassio Miranda. [...]

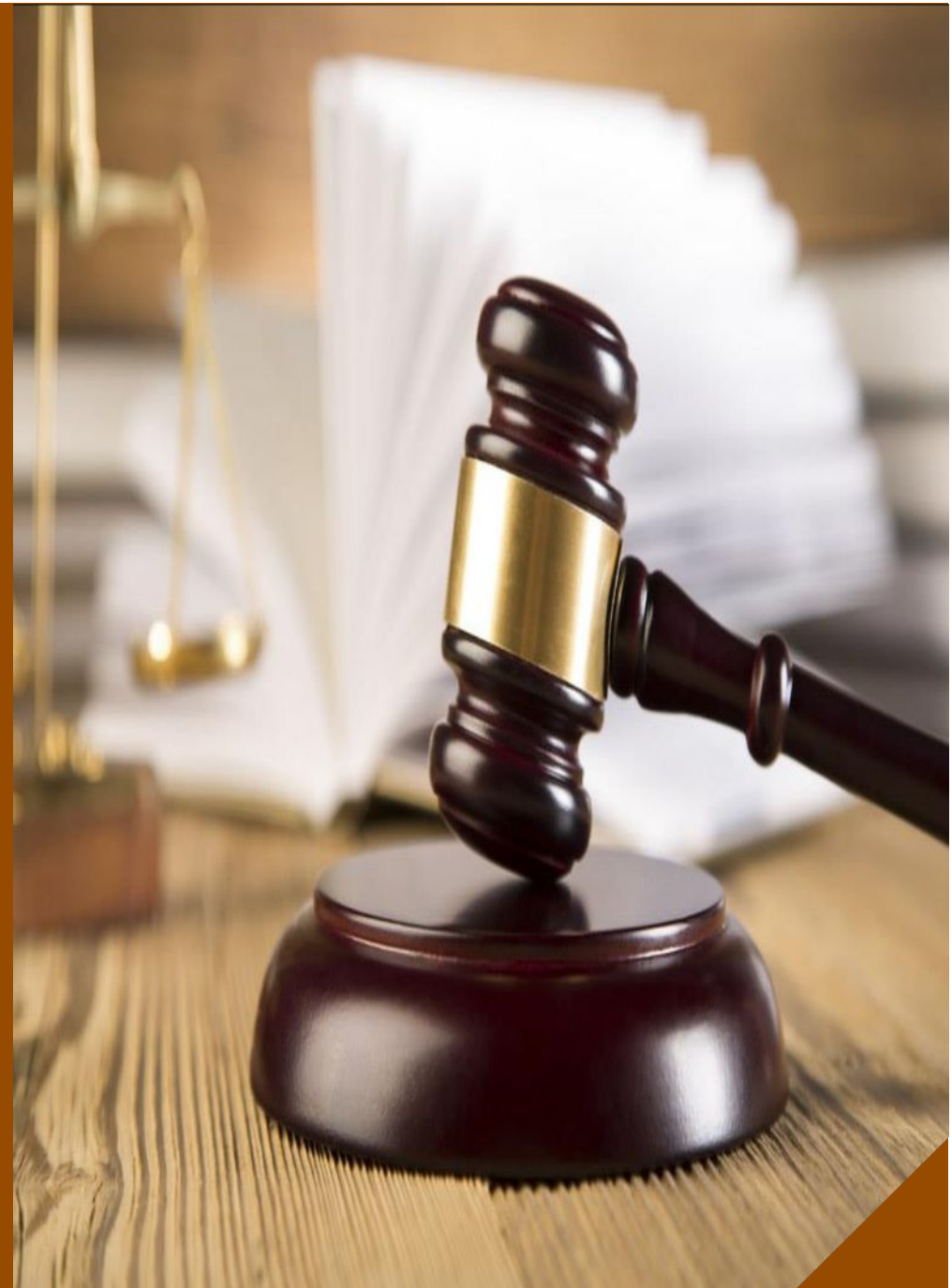
Uma das mudanças propostas pela Política Antimanicomial do Poder Judiciário é o fechamento gradual de hospitais de custódia, destinados aos tratamentos psiquiátricos no Brasil, e o atendimento dessa parcela da população pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Essa e outras ações previstas na Política têm sido alvo de debates e divergências entre psicólogos, psiquiatras e a comunidade médica em geral, gestores públicos e da área de saúde mental. [...]



[Notícia adaptada. Fonte: CNMP](#)

Notícias Externas

GOV BR, TJBA e SSP



Workshop da SSP-BA: Werner acredita que novidade trará melhora para além da segurança pública

A Secretaria de Segurança Pública, através da Superintendência de Prevenção à Violência, lançou o workshop (Re)Alinhando Dados para a Promoção da Paz e de Políticas de Segurança e Prevenção à Violência na Bahia.

O objetivo do workshop é trazer mais clareza aos dados relativos à segurança pública e debater estratégias de prevenção à violência.

Contando com diversos representantes de secretarias, além de instituições como o Fogo Cruzado e a Iniciativa Negra, a abertura do workshop também contou com a presença do secretário da SSP-BA, Marcelo Werner, que falou sobre a novidade.

Além disso, a integração das forças estaduais com a polícia federal surtiu bom efeito no combate à criminalidade.

[Notícia adaptada. Fonte: Bnews](#)



326 presos pelo Reconhecimento Facial e queda de mortes violentas são destaques no primeiro semestre de 2023

Cerca de 80% dos capturados respondem aos crimes de homicídio, tráfico de drogas, roubo e estupro. As prisões aconteceram em Salvador e também em outras 30 cidades da RMS e do interior.

“Estamos investindo 650 milhões de reais e levando o Reconhecimento Facial para 80 municípios da Bahia. Esse avanço pode ser percebido no mapa das prisões. A Bahia foi o primeiro estado, no Brasil, a utilizar a tecnologia e atualmente é uma referência de êxito”, destacou o secretário Werner.

Redução de 4,5% das mortes violentas

No primeiro semestre de 2023, na comparação com o mesmo período do ano passado, as mortes violentas (homicídio, latrocínio e lesão dolosa seguida de morte) apresentaram redução de 4,5% na Bahia. Em números absolutos foram contabilizados 2.523 casos este ano, contra 2.643 no mesmo período de 2022. Também foi registrada uma redução de 14,9% no índice de feminicídios – crimes praticados contra a mulher em razão do gênero –, que saiu de 47 em 2022, para 40 no primeiro semestre deste ano.



[Notícia adaptada. Fonte: SSP](#)

SSP integra comitiva do “Grupo de Trabalho Polícia Cidadã – Redução da Letalidade Policial” do CNJ

Conhecer boas práticas aplicadas para a redução das mortes nas ações policiais no Estado de São Paulo, entre elas a utilização das bodycams, é o objetivo da visita técnica realizada pelo Grupo de Trabalho Polícia Cidadã – Redução da Letalidade Policial, do Conselho Nacional de Justiça.

A SSPBA recebeu o convite do Grupo de Trabalho do CNJ, uma importante iniciativa para o compartilhamento de informações entre as polícias estaduais. Estamos no processo de aquisição dos serviços das bodycams e a troca de experiências só tem a agregar na busca de cada vez mais transparência nas ações policiais”, destacou o chefe de gabinete da Secretaria da Segurança Pública, Nelson Gaspar Pires Neto.



Além de visita às instituições policiais, o Grupo de Trabalho também passará pela sede de outras entidades envolvidas no Sistema de Justiça, como Ministério Público, Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do Brasil. [...]

Segurança Pública recebe visita de integrantes do Grupo de Atuação Especial de Execuções Penais do MP

O fortalecimento de ações conjuntas e a integração no combate ao crime organizado foram temas debatidos entre gestores da Secretaria da Segurança Pública e do Grupo de Atuação Especial de Execução Penal (Gaep) do Ministério Público (MP), na tarde desta quinta-feira (3), no Centro de Operações e Inteligência (COI), no Cab.

Durante o encontro, o secretário da Segurança Pública, Marcelo Werner, frisou a importância de uma atuação integrada, baseada na inteligência e no investimento para o alcance de melhores resultados. Participaram do encontro o subsecretário da SSP, Marcel Oliveira, o chefe de gabinete da pasta, Nelson Pires, o superintendente de Inteligência, Rogério Dourado, o coordenador Executivo do Gabinete, Olinto Marcelo Macedo, o corregedor-geral, Antônio Sérgio Mendes, e o coordenador do Gaep e promotor de Justiça, Edmundo Reis Silva Filho, e as promotoras Ana Isabela Ribeiro Souza e Márcia Munique Andrade de Oliveira.

Os profissionais do Gaep visitaram as estruturas do COI e conheceram as principais tecnologias disponibilizadas pela pasta no combate à criminalidade.



[Notícia adaptada. Fonte: SSP](#)



EXPEDIENTE

Procuradora-Geral de Justiça
Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti

CEOSP
Coordenador – Promotor de Justiça
Luís Alberto Vasconcelos Pereira

Equipe
Anita Katarine de Jesus Santos – Estagiária de Nível Médio
Carolina Arruda SaintClair da Silveira – Assistente Técnico - Administrativo
Henilda Amaral de Melo – Oficial Administrativo
Natali Negreiros Hereda – Estagiária de Administração
Pablo Victor Araújo Costa – Assessor Técnico – Jurídico
Roberto Catai Ferreira Junior – Assistente Técnico - Administrativo
Sandra Maria Brito Silva – Analista Técnico – Assistente Social
Alessjose Santos Berto – Analista Técnica – Analista de Serviço Social
Janaína Alvares de Araújo – Analista Técnica – Analista de Psicologia
Suziane Souza do Nascimento – Analista de Pedagogia
Sandra Andrade Santos – Assistente Técnico - Administrativo

✉ ceosp@mpba.mp.br

☎ 71 3103-0381

☎ 71 3103-0382

☎ 71 3103-0383

